

## **PROJETO DE LEI Nº 72, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015**

*Autoriza concessão de direito real uso de imóveis públicos para os fins e nas condições que menciona, e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à concessão de direito real de uso das áreas de terrenos descritas no artigo 2º desta Lei, pelo prazo de 10 (dez) anos, à empresa METALÚRGICA VITÓRIA LTDA - ME, CNPJ 15.862.920/0001-96, Inscrição Estadual nº 001989373.00-58, com endereço na Rua Ovídio Silva, nº 1.250, Bairro Nogueira Machado/Nogueirinha, para fins de sua instalação em sede própria nesta cidade.

**Art. 2º** Os imóveis objeto da concessão de constituem-se das seguintes áreas e confrontações:

**I.** Um lote de terreno de nº 019, da quadra nº 010, com área de 1.076,32 m² (mil e setenta e seis metros e trinta e dois decímetros quadrados), situado na Rua São João, no loteamento denominado Distrito Industrial de Itaúna, nesta cidade, tendo 10,00 metros de frente para a referida rua; 108,42 metros pela lateral direita confrontando com o módulo nº 018; 106,84 metros pela lateral esquerda confrontando com o módulo nº 020; e, 10,12 metros pelos fundos confrontando com a área verde nº 010, imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Itaúna sob nº 41.610, R-2/41610, fls. 010 e 010-v, do Livro nº 2-GP.

**II.** Um lote de terreno de nº 020, da quadra nº 010, com área de 1.060,53 m² (mil e sessenta metros e cinquenta e três decímetros quadrados), situado na Rua São João, no loteamento denominado Distrito Industrial de Itaúna, nesta cidade, tendo 10,00 metros de frente para a referida rua; 106,84 metros pela lateral direita confrontando com o módulo nº 019; 105,26 metros pela lateral esquerda confrontando com o módulo nº 021; e, 10,12 metros pelos fundos confrontando com a área verde nº 010, imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Itaúna sob nº 41.611, R-2/41611, fls. 011 e 011-v, do Livro nº 2-GP.

**Art. 3º** A concessão de direito real de uso dos imóveis de que trata esta Lei fica vinculada às seguintes condições a serem cumpridas pela empresa beneficiária:

**I.** dedicar-se às atividades constantes do seu contrato social;

**II.** implantar as instalações, transferir sua sede e entrar em atividade no local concedido em uso no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da data de assinatura do contrato de concessão;

**III.** evitar quaisquer causas de poluição, atendendo a todas as normas da legislação ambiental vigente, inclusive as de licenciamento prévio (L.P.), de instalação (L.I.) e operacional (L.O.), se for o caso;

**IV.** apresentar projeto de construção civil à Gerência de Regulação Urbanística e Fiscalização do Município da Secretaria Municipal de Regulação Urbana, para a devida análise e posterior aprovação, antes do início das obras;

**V.** elaborar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico e submetê-lo à análise do Corpo de Bombeiros local para aprovação e implantação;

**VI.** recolher os tributos municipais em favor do Município de Itaúna, especialmente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre suas atividades de prestação de serviços e o IPTU;

**VII.** declarar o VAF-DAMEF em favor do Município de Itaúna;

**VIII.** não interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses nos próximos 10 (dez) anos, salvo por motivo justificado, não podendo, entretanto, ultrapassar 12 (doze) meses de inatividade.

**Parágrafo único** – O não atendimento a quaisquer das condições e prazos previstos neste artigo implicará a extinção da concessão, sem que caiba a concessionária qualquer direito à indenização por benfeitorias e edificações realizadas nos bens imóveis do Município.

**Art. 4º** Considerados o interesse público e a conveniência socioeconômica para a Municipalidade, avaliados objetivamente por meio de estudos, projetos e política de desenvolvimento no Município, poderá o Executivo, com as condições expressas nesta Lei e mediante análise da proposta de investimento apresentada pela empresa, proceder à celebração do contrato de concessão, independentemente de licitação.

**Art. 5º** Atendidas as condições estabelecidas no artigo 3º desta Lei e decorridos 10 (dez) anos de atividades da empresa no imóvel objeto da concessão, poderá o Executivo Municipal outorgar-lhe escritura de doação, observado o parágrafo único do artigo 1º, da Lei 3.498/99, na redação determinada pela Lei nº 3.690, de 18 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre normas de doação de imóvel da Municipalidade, bem como a cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos contados a partir da escritura definitiva de doação, prevista no inciso VI, do artigo 1º, da Lei nº 3.498/99, com as alterações da Lei nº 4.342/08.

**Art. 6º** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna (M), 10 de dezembro de 2015

**OSMANDO PEREIRA DA SILVA**  
Prefeito de Itaúna

**RENATO CORRADI BECHELAINE**  
Secretário Municipal de Administração

**OTACÍLIA DE CÁSSIA BARBOSA PARREIRAS**  
Procuradora-Geral do Município

Itaúna, 11 de dezembro de 2015

**Ofício nº 412/2015 - Gabinete do Prefeito**

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei nº 72/2015

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Exa. o Projeto de Lei que *“Autoriza concessão de uso de imóveis públicos para os fins e nas condições que menciona, e dá outras providências”* para análise, deliberação e aprovação dos i. membros dessa Casa.

Na oportunidade, apresentamos-lhe protestos de apreço e distinta consideração.

***OSMANDO PEREIRA DA SILVA***

***Prefeito de Itaúna***

**EXMO. SR.**

**FRANCIS SALDANHA FRANCO**

**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

**ITAÚNA - MG**

## ***PROJETO DE LEI Nº 72/2015***

### ***JUSTIFICATIVA***

Exmos. Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Itaúna:

Apresentamos a essa Casa o Projeto de Lei que objetiva autorização de V. Exas. para proceder à concessão de direito real de uso de imóveis da municipalidade à empresa METALÚRGICA VITÓRIA LTDA, CNPJ 15.862.920/0001-96, Inscrição Estadual nº 001989373.00-58, com endereço na Rua Ovídio Silva, nº 1.250, Bairro Nogueira Machado/Nogueirinha, para fins de sua instalação em sede própria nesta cidade.

A empresa, que atua em Itaúna desde 2012, pretende construir sua sede definitiva nos imóveis concedidos em uso e transferir todo o seu processo produtivo e comercial para o local nas atividades de fabricação de peças fundidas de alumínio e de outros metais ferrosos e não ferrosos.

Além dos objetivos de investir em instalações próprias para sair do aluguel e se expandir, de obter melhoria tecnológica e de produtividade, a empresa planeja resultados satisfatórios em seu faturamento, na ordem de R\$ 1.875.000,00 no próximo ano, considerando que a média em 2014/2015 é de aproximadamente R\$ 1.350.000,00. A ampliação de seu quadro de empregados também constitui meta da empresa para elevar para 32, o número que registrava 20 em 2014 e 25 no corrente ano.

Com essas justificativas, aguardamos que os Srs. Vereadores votem e aprovem a presente proposição de lei.

Atenciosamente,

***OSMANDO PEREIRA DA SILVA***  
***Prefeito de Itaúna***

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO RELATÓRIO**

### **Projeto de Lei nº 99/2015**

Tendo esta Comissão, recebido na data de 01 fevereiro de 2016, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do **Projeto de Lei nº 99/2015**, que “*Autoriza concessão de uso de imóveis públicos para os fins e nas condições que menciona, e dá outras providências*”, e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor o seguinte esclarecimento:

- O referido projeto tem como objetivo autorizar a concessão de direito real de uso de imóveis da municipalidade à empresa Metalúrgica Vitória LTDA, para fins de sua instalação em sede própria, visando a ampliação de seu quadro de empregados.
- Diante do exposto, passo a emissão do meu voto.

### **VOTO DO RELATOR**

Este relator entende que o supramencionado Projeto de Lei, encontra-se dentro da correta Técnica Legislativa, portanto, sou pela apreciação da presente proposição pelo Plenário.

Sala das Comissões, 05 de fevereiro de 2016.

**Nilzon Borges Ferreira**

*Presidente*

Ante a análise do parecer exarado pelo Presidente da Comissão, acatamos o voto do relator.

**Hélio Machado Rodrigues**  
*Membro*

**Lucimar Nunes Nogueira**  
*Membro*

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – CFO

Tendo esta comissão recebido o projeto em 11 de Fevereiro de 2016, pelo seu vereador Presidente Sr. Giordane Alberto de Carvalho e este Nomeando o Vereador Sr. Leonardo Santos Rosenbug para atuar como Relator para apreciação do **PROJETO DE LEI 99/2015** *de autoria do Exmo. Prefeito de Itaúna/MG, Osmando Pereira da Silva, que “ Autoriza concessão de direito real de uso de imóvel público para os fins e nas condições que menciona, e dá outras providências.”*

### Relatório

A presente proposta tem por finalidade buscar autorização legislativa, conforme prevê o inciso a Lei Orgânica Municipal, para que se possa proceder à concessão de direito real de uso das áreas de terrenos descritas em seus artigos e incisos do projeto hora analisado por esta comissão.

### Voto do Relator

Conforme análise deste Relator, o entendimento é que o projeto supramencionado, o Projeto de Lei 99/2015, está devidamente instruído e dentro das diretrizes do Comissão de Finanças e orçamento – CFO, obedecendo ainda os mais íntegros princípios constitucionais.

---

RELATOR CFO - LEONARDO SANTOS ROSENBURG – LÉO BALA  
Vereador Relator

---

Membro CFO – Vereador  
Gleison Fernandes Faria

---

Membro - Presidente CFO – Vereador  
Giordane Alberto